



POLÍCIA FEDERAL

LICI. PROJETO BÁSICO Nº 4510587/2017-SEPLAB/DPER/INC/DITEC/PF

Processo nº 08201.000912/2017-83

1. DO OBJETO

1.1. Aquisição de equipamento de Cromatografia Gasosa acoplado a detector de Infravermelho (CG/FT-IR), conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento:

ITEM	DESCRIÇÃO/ ESPECIFICAÇÃO	CATMAT	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE	VALOR (US\$)
1	<ul style="list-style-type: none">• Cromatógrafo Gasoso;<ul style="list-style-type: none">o Operação nos modos cromatografia rápida e cromatografia convencional;o Compatível com a instalação e operação de:o 3 detectores;o 3 injetores;o 2 zonas auxiliares de temperatura;o Taxa de aquecimento: 140oC/min;o Tempo de resfriamento do forno: 4 min;o Controle digital de fluxo para o gás de arraste;o Possibilidade de operação do gás de arraste nos modos:o Pressão constante;o Pressão programada;o Fluxo Constante;o Fluxo programado;o Velocidade Linear Constante;o Faixa de pressão: 0 a 120 psi;o Faixa de temperatura: 10oC acima da temperatura ambiente até 350oC.• Injetores de Coluna<ul style="list-style-type: none">o Injetores do tipo Split, splitless e Split/splitless;o Capacidade de operação com colunas capilares e widebore;o Faixa de temperatura de uso: 10oC acima da temperatura ambiente até 350oC.o Faixa de temperatura de uso com criogenia: -50oC• Amostrador Automático<ul style="list-style-type: none">o Capacidade: 120 vials;o Volume dos vials: 2mLo Possibilidade de uso com seringas de 5, 10 ,25, 100 e 250µL.o Possibilidade de injeção em duas colunas;o Velocidade de enchimento variável.• Detector de Infravermelho<ul style="list-style-type: none">o Tipo de espectro: Transmissão através do disco e amostra;o Princípio de operação: Deposição direta da amostra em disco de amostra criogênico de ZnSe (Fase Sólida);o Resolução: 4 cm⁻¹o Detector IR: 0.1 x 0.1 mm MCTo Faixa IR: 4000 - 700 números de comprimento de ondao Fase da amostra durante a detecção IR: Sólidao Coleta de dados: Tempo real - varredura pós corrida para aumento da razão sinal/ruído.o Ruído (tempo real na coleta de dados): < 0.8 unidades de milliabsorbância pico a pico;o Taxa de fluxo do GC: Fluxo de gás de arraste do GC de 0.1 a 3 ML/min.o Tempo requerido para limpeza do disco: Inferior a 5 minutoso Alimentação elétrica: 100 - 120 / 200 - 240 AC; 50 / 60 Hz, 7 / 4 Ao Capacidade de Nitrogênio líquido: 9 litroso Conexão com o GC: Entrada na lateral direita do detectoro Bomba de vácuo: Bomba rotativa de 2 estágioso Alimentação elétrica da Bomba: 100 - 120 / 200 – 240 VAC, 50 / 60 Hz, 4.4 / 2.2 Ao Software: Inclui identificação spectral através de biblioteca de espectroso Umidade de operação ambiente: 20-85% relativa• Programas de computador<ul style="list-style-type: none">o Plataforma única que incorpore as principais funções do equipamento, dentre as quais:o Controle do equipamento;o Processamento de espectros;o Emissão de relatórios;o Busca em bibliotecas eletrônicas;o Interpretação de espectros;o Controle de acesso por senha;o Gerenciamento de usuários com diferentes níveis de autorização;o Rotinas de validação e calibração do equipamento com documentação dos testes rastreados de fábrica e programa gerador de relatórios de performance e tendência do instrumento;o Bibliotecas Espectrais FTIR – Transmission Spectra Databases (S.T. Japan) em resolução mínima de 4 cm⁻¹ listadas abaixo:<ul style="list-style-type: none">■ Pesticides Spectra Database;■ Forensic Spectra Database (incluindo White Powders);■ Hazardous and Toxic Chemicals Spectra Database;■ Pharmaceuticals, Drugs, and Antibiotics Spectra Database (incluindo excipientes);■ Toronto Forensic Database;o Compatível com Window®7, 8 e 10;• Estação de trabalho<ul style="list-style-type: none">o PC, com as seguintes especificações mínimas: processador Intel Core i7 – 3,30 GHz ou superior; 16 GB de memória RAM DDR3; disco rígido SATA 2 Tb, 32 Mb cachê ou superior; drive DVD 16X +/- RW; gabinete minitorre; teclado e mouse óptico laser; sistema operacional Windows 7 profissional ou mais recente, 64 Bit; monitor LCD color de 24".• Instalação e treinamento operacional• Treinamento de aplicação com duração mínima de 40 horas no local de instalação do equipamento, sem custos adicionais aos usuários;• Treinamento de aplicação com duração mínima de 3 dias para duas pessoas no laboratório de aplicação na matriz do fabricante com passagem e hospedagem inclusos.	Não cadastrado	Unidade	01	270.600,00

1.2. Os bens objeto da aquisição não constam no Catálogo Unificado de Materiais - CATMAT do SIASG utilizado pela Administração Pública Federal, portanto prevalecem as descrições e especificações constantes neste Projeto Básico.

2. JUSTIFICATIVA E OBJETIVO DA CONTRATAÇÃO

2.1. JUSTIFICATIVAS TÉCNICAS

2.2. O Observatório Europeu de Drogas e Vício em Drogas (EMCDDA) define Novas Substâncias Psicoativas como “uma nova droga narcótica ou psicotrópica, em estado puro ou como parte de uma formulação, que não é controlada pelas convenções das Nações Unidas Sobre Drogas, mas que pode representar uma ameaça à saúde pública comparável à das substâncias listadas nessas Convenções.” De acordo com relatório publicado em 2016 pela UNODC, “NPS se tornaram um fenômeno global com mais de 100 países e territórios de todas as regiões do mundo tendo relatado o surgimento de uma ou mais NPS. Até dezembro de 2015, mais de 600 substâncias foram notificadas à Assessoria de Alerta Rápido (EWA) do UNODC sobre NPS por governos, laboratórios e organizações parceiras. Os NPS disponíveis no mercado têm efeitos semelhantes aos das substâncias sob controle internacional, como a cannabis, a cocaína, a heroína, o LSD, o MDMA (ecstasy) ou a metanfetamina”.

2.2.1. Os desafios existentes para a identificação e caracterização de novas substâncias psicoativas foram amplamente relatados em diversas publicações científicas. Dentre os principais problemas enfrentados por laboratórios forenses em detectar tais substâncias, podem ser listados:

2.2.1.1. O elevado número de novas substâncias psicoativas. Conforme detalhado acima, mais de 600 substâncias já foram notificadas à UNODC. Só em 2014, 101 NPS foram detectadas.

2.2.1.2. A natureza transitória e muitas vezes de curta duração de algumas substâncias nos mercados de drogas;

2.2.1.3. O desenvolvimento de sequências e/ou famílias de substâncias quimicamente relacionadas que são muitas vezes fabricadas para contornar as medidas de controle. O resultado são substâncias quimicamente muito semelhantes, inviabilizando a caracterização definitiva por técnicas convencionais.

2.2.1.4. Ausência e/ou alto custo de padrões de referência.

2.2.2. Essa nova realidade mundial obrigou laboratórios forenses a desenvolverem novas metodologias e empregarem equipamentos com maior poder de discriminação para superar tais barreiras. Nesse novo cenário, ganharam destaque o uso de técnicas hífenadas, as quais combinam as qualidades de dois ou mais procedimentos analíticos. Em tal contexto, merece destaque a combinação de cromatografia gasosa com detecção por infravermelho (CG/FT-IR).

2.2.3. O Grupo de Trabalho Científico para a Análise de Drogas Apreendidas (SWGDRUG) classifica a Espectroscopia de Infravermelho (FT-IR) como técnica analítica de Categoria A, ou seja, elevado poder de discriminação. Ainda segundo o SWGDRUG, o FT-IR é capaz de diferenciar diastereoisômeros (pseudofedrina vs. efedrina), bases livres vs. ácidos e os diferentes sais. O FT-IR é uma poderosa ferramenta analítica para diferenciar espécies químicas semelhantes. Todavia, a técnica apresenta uma importante limitação. Em que pese se tratar de uma técnica com elevado poder de elucidação estrutural, o FT-IR não produz a separação de substâncias. Tal limitação é particularmente detriminental nas ciências forenses e em análises de drogas pois, invariavelmente, tratam-se de misturas de compostos. Para contornar essa limitação, foram desenvolvidos equipamentos híbridos, os quais combinam técnicas de separação com técnicas de elucidação estrutural, um dos quais é a combinação de Cromatografia Gasosa (separação) e Infravermelho (elucidação estrutural).

2.2.4. A aquisição de um equipamento de CG/FT-IR traria uma nova dimensão às análises do SEPLAB, expandindo a capacidade do laboratório em responder inequivocamente a natureza de substâncias questionadas.

2.2.5. A técnica hífenada de CG/FT-IR é composta de um equipamento responsável por realizar a separação cromatográfica dos materiais injetados (Cromatógrafo Gasoso) e por um detector (Infravermelho). Os equipamentos de Cromatografia Gasosa possuem tecnologia robusta e bem estabelecida no mercado e, portanto, não serão alvo desse parecer, o qual focará nos detectores de Infravermelho.

2.2.6. Os sistemas de CG/FT-IR se utilizam de dois tipos de detectores IR:

2.2.6.1. Infravermelho em Fase Gasosa.

a) Os detectores de infravermelho em fase gasosa realizam a análise diretamente do material ejetado da coluna cromatográfica. Produzem, portanto, um espectro de absorbância em fase gasosa. Apesar de se tratarem de sistemas mais simples, possuem graves limitações:

b) Em fase gasosa, as moléculas possuem maior liberdade de rotação, gerando bandas vibro-rotacionais complexas e sujeitas a distorção centrífuga. Esse fenômeno físico causa o alargamento das bandas e compromete a resolução dos espectros. Dessa forma, espectros de FT-IR não possuem a necessária resolução ($\leq 4 \text{ cm}^{-1}$) para a diferenciação de compostos quimicamente semelhantes como diastereoisômeros.

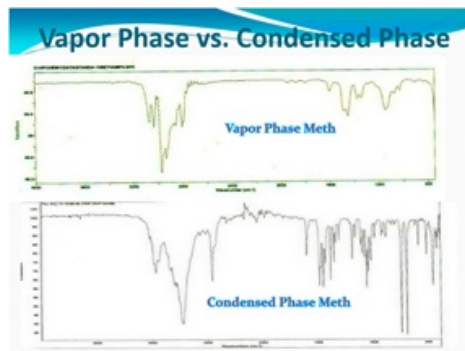


Figura 1: Comparação de espectro de fase gasosa (acima) vs. espectro de fase condensado (abaixo) de metanfetamina.

c) A técnica apresenta baixa sensibilidade, o que obriga à injeção de grande volume do analito. Tal prática pode sobrecarregar a coluna de separação, alterar tempos de retenção, sujar e/ou danificar o equipamento.

d) A faixa de operação de temperatura é limitada, pois temperaturas acima de 280 °C comprometem a sensibilidade da técnica.

e) A ponte entre o CG e o IR é chamada de "tubo de luz". Este tubo de luz não pode exceder as temperaturas de cerca de 250 graus oC. Assim substâncias mais pesadas, com ponto de ebulição acima de 250 °C, que saem da coluna de CG na fase gasosa, acabam condensando no tubo de luz, inviabilizando a análise e podendo danificar o equipamento.

2.2.6.2. Infravermelho em Fase Condensada.

a) Os detectores de infravermelho em fase condensada atuam de maneira distinta. Após a separação cromatográfica, o material em fase gasosa que sai da coluna entra uma câmara criogênica (-140°C) e é depositado sobre um disco de Seleneto de Zinco (ZnSe) o qual é transparente à radiação infravermelho. O feixe de infravermelho atravessa a amostra condensada no disco, gerando um espectro de Transmissão de Fase Sólida.

b) Tal técnica elimina os problemas apresentados acima. A amostra é concentrada em um ponto do disco e, por estar em fase sólida, elimina-se a liberdade de rotação das moléculas, evitando bandas vibro-rotacionais complexas e distorção centrífuga. Desta forma, é possível gerar espectros de alta resolução ($\leq 4 \text{ cm}^{-1}$), que, por sua vez, são adequados para buscas em bibliotecas eletrônicas, tanto de transmissão quanto de refletância total atenuada (ATR) para a diferenciação de isômeros.

2.3. Foram realizadas trocas de informações com peritos de outros países a respeito do detector de infravermelho mais indicado para aplicação em química forense. Todos indicaram a aquisição de um equipamento de CG/FT-IR com detector de Infravermelho em Fase Condensada. Além disso, ressaltaram que a aquisição de um equipamento híbrido deste modelo vai ajudar muito nas análises de novas substâncias psicoativas.

2.4. A aquisição de equipamentos híbridos, combinando técnicas de separação com diferentes detectores permitem que laboratórios forenses avancem em sua capacidade de detecção e caracterização de substâncias desconhecidas.

2.5. O equipamento de CG/FT-IR traria uma nova alternativa para análises de novas substâncias psicoativas na Polícia Federal, aumentando a sua capacidade analítica e agilizando a emissão dos laudos periciais. Em que pese o SEPLAB dispor de equipamento de infravermelho, o uso dos mesmos é severamente limitado por não possuírem a capacidade de separação das substâncias em misturas. Os espectros de mistura gerados muitas vezes não se adequam à caracterização dos princípios ativos de interesse, impossibilitando a confirmação da presença das novas substâncias psicoativa em análise.

2.6. Dessa forma, devem ser descartados aqueles com detector de Infravermelho em Fase Gasosa por não atenderem às especificidades das análises da área de química forense. O SEPLAB/DPER/INC/DITEC, como laboratório central da Polícia Federal, deve restringir sua escolha a equipamento de CG/FT-IR com detector de Infravermelho em Fase Condensada.

2.7. JUSTIFICATIVAS ADMINISTRATIVAS

2.7.1. O equipamento a ser adquirido será necessário para auxiliar no melhor atendimento às solicitações pendentes contidas no Sistema Criminalística – SisCrim, que é o sistema oficial de gerenciamento de documentações e materiais utilizado por todas as unidades de perícia do Departamento de Polícia Federal. Tal sistema possui relatório informativo de pendências de amostras ainda não processadas pelo laboratório.

2.7.2. As aquisições encontram-se em consonância com o objetivo 1041 do Plano Plurianual 2016-2019, qual seja, *“Fortalecer o enfrentamento à criminalidade, com ênfase nas organizações criminosas, tráfico, corrupção, lavagem de dinheiro e atuação na faixa de fronteira”*. Encontram-se, outrossim, em plena conformidade com o Plano de Metas Anuais (PMA) da Diretoria Técnico-Científica da Polícia Federal (DITEC/PF) no que tange ao Serviço de Perícias de Laboratório (SEPLAB/DPER/INC/DITEC).

2.7.3. Tal aquisição está listada entre os equipamentos previstos no Levantamento de necessidades de 2017-2019 do SEPLAB/DPER/INC/DITEC/PF.

2.7.4. Além disso, tal aquisição também está prevista no Projeto nº 1/2013/EGPS-DITEC - Perfil Químico de Drogas - PeQui - FASE II, que é um dos projetos estratégicos da PF junto ao MJSP.

2.8. JUSTIFICATIVA PARA A ESCOLHA DO FABRICANTE

2.9. Inexistem no mercado outros equipamentos de CG/FT-IR que possuam detector de Infravermelho em Fase Condensada, e que por consequência atendam aos requisitos específicos de nossas aplicações. O Cromatógrafo gasoso da marca DANI modelo MASTER GC acoplado ao Detector de FT-IR da marca DANI modelo DiscovIR, conforme item 1 do objeto de aquisição, trata-se, outrossim, de um avanço tecnológico e tem sido utilizado em diversos laboratórios de química forense em outros países.

a) A Instrulab Instrumentos para Laboratório, doravante designada CONTRATADA, possui autorização exclusiva no Brasil para fazer e apresentar cotações, participar em licitações públicas e privadas, aceitar pedidos de compra, venda e fornecimento de serviço e assistência técnica e revenda de todos os produtos e equipamentos de fabricação da Dani Instruments, Inc.

3. ENTREGA E CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO DO OBJETO

3.1. O prazo de entrega dos bens é de 90 dias corridos, contados a partir do recebimento da nota de empenho, em remessa única, no seguinte endereço: Serviço de Perícia de Laboratório/DPER/INC/DITEC/PF, localizada no Instituto Nacional de Criminalística, no SAIS - Quadra 07 - Lote 23 - Setor Policial Sul - Brasília - DF, tel. (61) 2024-9369, no horário compreendido entre 09:00 e 11:30 ou 14:00 as 17:00 horas, em dias considerados úteis.

3.2. Os bens serão recebidos provisoriamente no prazo de 03 (três) dias, pelo (a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Projeto Básico e na proposta.

3.3. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Projeto Básico e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 30 (trinta) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

3.4. Os bens serão recebidos definitivamente no prazo de 20 (vinte) dias, contados do recebimento provisório, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo circunstanciado.

3.4.1. Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.

3.5. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.

4. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

4.1. São obrigações da Contratante:

4.1.1. efetuar o pagamento à Contratada no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos no Projeto Básico e seus anexos;

4.1.2. acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de comissão/servidor especialmente designado.

4.1.3. comunicar à Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido;

4.1.4. verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens recebidos provisoriamente com as especificações constantes do Projeto Básico e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;

- 4.1.5. receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Projeto Básico e seus anexos;
- 4.2. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente Termo de Contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

5. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

- 5.1. A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes no Projeto Básico, seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e, ainda:
- 5.1.1. indicar preposto para representá-la durante a execução do contrato.
- 5.1.2. manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na aquisição;
- 5.1.3. comunicar à Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;
- 5.1.4. substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado neste Projeto Básico, o objeto com avarias ou defeitos;
- 5.1.5. responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);
- 5.1.6. efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no Projeto Básico e seus anexos, acompanhado da respectiva nota fiscal, na qual constarão as indicações referentes a: *marca, fabricante, modelo, procedência e prazo de garantia ou validade*;
- 5.1.6.1. O objeto deve estar acompanhado do manual do usuário, com uma versão em português ou inglês e da relação da rede de assistência técnica autorizada;
- 5.2. A CONTRATADA dará garantia aos equipamentos ofertados, com assistência técnica *in loco*, ou seja, no local de uso do equipamento, pelo prazo de doze (12) meses a partir da data do recebimento definitivo.
- 5.3. A garantia inclui a recuperação ou substituição de qualquer componente ou equipamento que apresente divergências nas suas características, ou qualquer erro de projeto e defeitos de fabricação, sem qualquer ônus para a Administração.
- 5.4. Os serviços de manutenção efetuados durante o período de garantia deverão ser executados pela CONTRATADA em até 30 (trinta) dias.
- 5.5. Quando da necessidade execução de qualquer prestação de serviço de manutenção durante o período de garantia, esta deverá ser prestada *in loco* mediante solicitação formal por parte da CONTRATANTE.
- 5.6. Caso, durante o período de garantia, seja constatado qualquer defeito ou divergência nas características do(s) equipamento(s), a CONTRATANTE comunicará o fato, por escrito, à CONTRATADA, acordando o prazo para correção dos defeitos.
- 5.7. Caso esses defeitos resultem em importação de peça/parte do(s) equipamento(s), essa deverá ocorrer em até 30 (trinta) dias, a contar da comunicação dessa necessidade à CONTRATANTE.
- 5.8. A CONTRATADA deverá comparecer ao local onde se encontra o equipamento no prazo de até dez (10) dias úteis, contados da confirmação do recebimento de sua convocação, para prestar os serviços de manutenção corretiva durante o período de garantia.
- 5.9. Entregar à CONTRATANTE todos os documentos necessários ao desembaraço aduaneiro dos equipamentos, tais como: nota fiscal, fatura pro forma, conhecimento de embarque, comprovante de exportação, apólice de seguro, romaneio de embarque, entre outros.
- 5.10. Considerar como de sua responsabilidade todas as despesas, como frete, seguro e outras, inerentes ao deslocamento dos equipamentos do Aeroporto ou Porto de entrada no Brasil, até o endereço de entrega.
- 5.11. Fornecer, juntamente com os equipamentos, todos os manuais a eles relacionados.
- 5.12. Assumir o ônus e responsabilidades pelo recolhimento de todos os tributos e contribuições sociais federais, estaduais e municipais que incidam ou venham a incidir sobre o objeto.
- 5.13. Declarar, detalhadamente, a garantia dos equipamentos fornecidos, cujo prazo não poderá ser inferior ao estabelecido no item 1.3., contados a partir do recebimento definitivo.
- 5.14. Assumir todos os ônus decorrentes da execução da garantia e assistência técnica e responsabilizar-se pela perfeita execução de todas as obrigações delas decorrentes.
- 5.15. Responder pelos danos causados diretamente à CONTRATANTE ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo, na execução do fornecimento, da garantia e da assistência técnica.
- 5.16. Responder pelos encargos trabalhistas, fiscais, comerciais e previdenciários resultantes da execução deste Projeto, não transferindo à CONTRATANTE, em caso de inadimplência, com referência a esses encargos, a responsabilidade por seu pagamento, nem podendo onerar o objeto deste Projeto.
- 5.17. Incluir em seu preço todos os impostos, taxas e outros, e ainda, o custo do transporte/frete, para entrega no local de recebimento provisório.
- 5.18. Arcar com todas as despesas, diretas ou indiretas, provenientes da realização do treinamento, inclusive aquelas com deslocamento do instrutor, a saber, hotel, alimentação, deslocamento, traslado, dentre outras.
- 5.19. Informar imediatamente à CONTRATANTE as alterações de dados do fornecedor, como, por exemplo, endereços, telefones, nome de representantes, que possam influenciar na comunicação da CONTRATANTE com o fornecedor.
- 5.20. Notificar a CONTRATANTE com, no mínimo, quarenta e oito horas de antecedência ao embarque, por escrito, por meio de correio eletrônico selog.ditec@dpf.gov.br e seplab.inc@dpf.gov.br, detalhes sobre a descrição dos equipamentos, as quantidades, o nome da companhia aérea, o número e a data do conhecimento aéreo de carga, o aeroporto e a data de embarque, com remessa do original da notificação à Diretoria Técnico-Científica, no prazo máximo de dez dias corridos, via serviço postal ou por intermédio do seu representante legal.
- 5.21. Manter disponíveis peças e serviços necessários para efetuar eventuais reparos e manutenção nos equipamentos, pelo período de 24 meses, após o término da garantia.

6. PREÇOS

- 6.1. O valor deste Projeto é de US\$ 270.600,00 (duzentos e setenta mil e seiscentos dólares), equivalente, aproximadamente, ao valor de R\$ 845.625,00 (oitocentos e quarenta e cinco mil reais e seiscentos e vinte e cinco reais), convertido pela taxa cambial do dia 21/07/2017.
- 6.2. Os preços propostos são fixos e irredutíveis.

7. CONDIÇÕES DE IMPORTAÇÃO

- 7.1. A CONTRATADA é responsável pelo processo de importação e despacho aduaneiro, devendo realizar as operações de desembaraço aduaneiro e nacionalização de acordo com a regulamentação brasileira, sendo que:
- 7.2. O importador será a Diretoria Técnico-Científica – DITEC/DPF, com objeto destinado a órgão de Segurança Pública.
- 7.3. O procurador outorgado responderá integralmente quanto aos atos praticados no processo de importação, configurando a CONTRATADA como solidária sem reservas na responsabilização administrativa, civil e criminal.
- 7.4. A CONTRATADA ou seu representante legal no Brasil responsabilizar-se-á por todas as operações e informações referentes ao desembaraço aduaneiro, inclusive quanto à adequada classificação na Nomenclatura Comum do Mercosul/Tarifa Externa Comum(NCM)/TEC, com o respectivo destaque.
- 7.5. A CONTRATANTE acompanhará todo o processo de importação realizado pela CONTRATADA, assim como, toda demanda de informação ou documentação referente ao processo de importação deverá ser prontamente comunicada à CONTRATANTE.
- 7.6. Toda documentação e extratos de registros referentes ao processo de importação deverão ser entregues à CONTRATANTE, sempre que possível no original.
- 7.7. A CONTRATADA ou seu responsável legal no Brasil será responsável por toda movimentação de carga em relação ao cumprimento do objeto, devendo estabelecer os quesitos de consolidação e modal.
- 7.8. O transporte deverá atender à legislação brasileira, inclusive o previsto pelo Decreto nº 6.759/2009.
- 7.9. As cargas embaladas, consolidadas ou não, deverão estar conforme a respectiva lista de conteúdo (*PackingList*).

8. PAGAMENTO E REAJUSTE

- 8.1. Para contratada estrangeira:
- 8.2. Com proposta em dólares dos Estados Unidos: o pagamento será efetuado em Reais (R\$), após o desembaraço aduaneiro, obedecido ao preceituado no item 10 e seus subitens deste Projeto, mediante a abertura de crédito documentário irrevogável e irretornável no banco emissor (*issuingbank*) Banco do Brasil S/A, em valor correspondente em dólares dos Estados Unidos ou Euros, conforme o último preço apresentado na sessão de lances, considerado como proposta de preços aceita e precificada na pró-forma (*proforma invoice*), em obediência ao disposto na Lei nº 4.320/64; na Lei nº 10.192/2001 c/c Decreto-lei nº 857/69, adotando-se as Regras de Usos Uniformes sobre Créditos Documentários (UCP 600), aprovadas pela Câmara Internacional de Comércio (CIC), c/c as Regras Uniformes para Reembolsos Bancários, amparados em créditos documentários, sendo que:
- 8.2.1. terá a Diretoria Técnico-Científica – DITEC/DPF como tomador (*applicant*).
- 8.2.2. terá a CONTRATADA como beneficiária (*beneficiary*).
- 8.2.3. o banco notificador (*advisingbank*) no exterior será estabelecido pelo Banco do Brasil S/A em conformidade com o país-sede da CONTRATADA.
- 8.2.4. o banco negociador (*negotiationbank*) responsável pelo pagamento no exterior será estabelecido pelo Banco do Brasil S/A em conformidade com o país-sede da CONTRATADA.
- 8.2.5. o exame da documentação exigida e entregue pela CONTRATADA ao banco será realizada em até 21 (vinte e um) dias bancários (*banking days*).
- 8.2.6. o crédito documentário será efetuado na modalidade confirmado, irrevogável e intransferível.
- 8.3. a validade do crédito documentário será suficiente para cobertura do prazo de execução definido neste no projeto básico e em seus anexos.
- 8.4. A(s) fatura(s) pró-forma (*proforma invoice*) deverá(ão) ser encaminhada(s) para a CONTRATANTE, no endereço citado no preâmbulo do projeto básico, para fins de pedido de abertura de crédito documentário.
- 8.5. Todas as operações financeiras serão efetivadas pelo agente financeiro da União, o Banco do Brasil S/A, sob ordem da CONTRATANTE.
- 8.6. O pagamento será suspenso até manifestação favorável do Banco Central do Brasil – Departamento de Combate a Ilícitos Financeiros e Supervisão de Câmbio e Capitais Internacionais, havendo indícios de casos na relacionados na Seção 2, do Capítulo 16, do Título 1 do RMCCI.
- 8.7. O efetivo pagamento e liquidação nos termos do art. 63 da Lei nº 4.320/64 será considerado com a autorização para o banco negociador efetivar o pagamento ao beneficiário ou pelo depósito em conta bancária aberta no Brasil na forma estabelecida pelo Banco Central do Brasil.
- 8.8. Previamente ao pagamento será verificada a manutenção das condições de habilitação da CONTRATADA.
- 8.9. Toda a documentação equivalente apresentada na fase de habilitação deverá ter validade quando da realização do pagamento ou apresentação de documentação comprobatória da manutenção das condições de habilitação. Caso contrário, a CONTRATANTE notificará a CONTRATADA para que sejam sanadas as pendências no prazo de 30 (trinta) dias, prorrogáveis por igual período mediante justificativa da contratada aceita pela CONTRATANTE. Findo este prazo sem que haja a regularização por parte da CONTRATADA, ou apresentação de defesa aceita pela CONTRATANTE, fatos estes que, isoladamente ou em conjunto, caracterizarão descumprimento contratual, e a CONTRATADA sujeita às sanções administrativas previstas neste Projeto.
- 8.10. Na hipótese de atraso do pagamento atribuível à CONTRATADA por execução do objeto, com proposta em moeda estrangeira, as despesas referentes à renovação ou prorrogação do crédito documentário junto ao Banco do Brasil S/A, inclusive as referentes ao incremento da taxa cambial, no período de adimplemento, serão ressarcidas pela CONTRATADA, sem prejuízo das respectivas sanções contratuais.
- 8.11. O pagamento será realizado no prazo máximo de até 10 (dez) dias, contados a partir da data do recebimento definitivo do objeto.
- 8.12. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, como, por exemplo, obrigação financeira pendente, decorrente de penalidade imposta ou inadimplência, o pagamento ficará sobrestado até que a CONTRATADA providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a CONTRATANTE.
- 8.13. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.
- 8.14. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

9. ALTERAÇÃO SUBJETIVA

- 9.1. É admissível a fusão, cisão ou incorporação da contratada com/em outra pessoa jurídica,

desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

10. CONTROLE DA EXECUÇÃO

10.1. Nos termos do art. 67 Lei nº 8.666, de 1993, será designado representante para acompanhar e fiscalizar a entrega dos bens, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução e determinando o que for necessário à regularização de falhas ou defeitos observados.

10.2. O recebimento de material de valor superior a R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais) será confiado a uma comissão de, no mínimo, 3 (três) membros, designados pela autoridade competente

10.3. A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.

10.4. O representante da Administração anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

11. ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO

11.1. Será designado por meio de Portaria representante da CONTRATANTE, para acompanhar todos os procedimentos de desembaraço aduaneiro deste Projeto.

11.2. Para a fiscalização e acompanhamento das cláusulas deste Projeto, a CONTRATANTE instituirá, por meio de Portaria, uma Comissão de Fiscalização.

11.3. A Comissão de Fiscalização tem a prerrogativa de exercer toda e qualquer ação de orientação geral, controle e fiscalização dos serviços, observando o constante nos § 1º e § 2º dos Art. 67 da Lei 8.666/93.

11.4. A Fiscalização da CONTRATANTE, não exclui e nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade e, na sua ocorrência, não implica em co-responsabilidade do poder público ou de seus agentes e prepostos.

11.5. As exigências da fiscalização basear-se-ão nos projetos, especificações e nas regras básicas da boa técnica. A CONTRATADA se comprometerá a dar à fiscalização, no cumprimento de suas funções, livre acesso aos locais de execução dos serviços.

11.6. As decisões e providências que ultrapassarem a competência da Comissão deverão ser encaminhadas à Administração da CONTRATANTE, em tempo hábil, para adoção das medidas convenientes.

11.7. O atesto da Pro Forma/Fatura Invoice ficará a cargo da Comissão de Fiscalização designada pela CONTRATANTE, que se reserva ao direito de recusar-se a atestar a Pro Forma/Fatura Invoice se, no ato da apresentação, os equipamentos e os serviços executados não estiverem de acordo com a descrição apresentada.

11.8. A CONTRATADA deverá comunicar a CONTRATANTE, com antecedência mínima de 15 (quinze) dias úteis antes do embarque, que o objeto encontra-se apto a verificação de conformidade.

11.9. A CONTRATANTE será responsável pelos custos e despesas de diárias e passagens aéreas dos membros da Comissão de Fiscalização durante as viagens e deslocamentos para todas as etapas referentes ao acompanhamento e fiscalização do recebimento do objeto.

12. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

12.1. Comete infração administrativa nos termos da Lei nº 8.666, de 1993, a Contratada que:

12.1.1. não mantiver a proposta;

12.1.2. cometer fraude fiscal;

12.1.3. comportar-se de modo inidôneo;

12.1.4. fraudar na execução do contrato;

12.1.5. ensejar o retardamento da execução do objeto;

12.1.6. inexecutar total ou parcialmente qualquer das obrigações assumidas em decorrência da contratação;

12.2. A Contratada que cometer qualquer das infrações discriminadas no subitem acima ficará sujeita, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

12.2.1. advertência por faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretem prejuízos significativos para a Contratante;

12.2.2. multa moratória de 0,2% (dois décimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 (trinta) dias;

12.2.3. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados;

12.2.4. impedimento de licitar e contratar com a União com o consequente descredenciamento no SICAF pelo prazo de até cinco anos;

12.2.5. suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão, entidade ou unidade administrativa pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente, pelo prazo de até dois anos;

12.2.6. em caso de inexecução parcial, a multa compensatória, no mesmo percentual do subitem acima, será aplicada de forma proporcional à obrigação inadimplida;

12.2.7. multa compensatória de 20% (vinte por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto;

12.3. Também ficam sujeitas às penalidades do art. 87, III e IV da Lei nº 8.666, de 1993, as empresas ou profissionais que:

12.3.1. tenham sofrido condenação definitiva por praticar, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

12.3.2. tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;

12.3.3. demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

12.4. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à Contratada, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente a Lei nº 9.784, de 1999.

12.5. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o

princípio da proporcionalidade.

12.6. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

Brasília, 20 de novembro de 2017.

ÉLVIO DIAS BOTELHO
Perito Criminal Federal
Chefe do SEPLAB DPER/INC/DITEC/DPF

Aprovo este Projeto para
aquisição de um equipamento de equipamento de Cromatografia Gasosa acoplado a detector de Infravermelho
(CG/FT-IR).

JOSÉ JAIR WERMANN
Perito Criminal Federal
Diretor Técnico-Científico



Documento assinado eletronicamente por **ÉLVIO DIAS BOTELHO, Chefe de Serviço**, em 20/11/2017, às 08:39, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **JOSE JAIR WERMANN, Diretor(a)**, em 20/11/2017, às 11:55, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.dpf.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **4510587** e o código CRC **BC41F4EF**.

Referência: Processo nº 08201.000912/2017-83

SEI nº 4510587